

## *Processo de patrimonialização do Monumento à Mãe Preta de Passo Fundo*

*Patrimonialization process of The Monument to Mãe Preta in Passo Fundo*

Diego José Baccin<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Busco demonstrar como se deu, temporalmente, o processo de patrimonialização de um bem cultural coletivo localizado na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, que surgiu no início da segunda metade do século XIX, precisamente em 1863, em uma região (como as demais do território brasileiro) inserida no contexto escravagista do final do Segundo Reinado, protagonizado por uma mulher negra escravizada, que a historiografia regional consagrou se tratar de “Mãe Mariana”. Percorro, basicamente, a descrição de alguns momentos marcantes que denotam este processo de patrimonialização, entendido como a trajetória do bem cultural, suas relações e sua “valorização”. Para tanto, através da conjuntura dos séculos XIX e XX, com ênfase nas relações de poderes estabelecidas e nas disputas de memórias travadas entre sujeitos e instituições, recorro a fontes da imprensa local, sobretudo a notícias veiculadas no jornal *O Nacional* de Passo Fundo. Assim, realizo a análise do Monumento Chafariz da Mãe Preta sob três distintas categorias: religiosidade, localização e memória identitária.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Monumento; Mãe Preta.

**Abstract:** I seek to demonstrate how, temporally, the patrimonialization process of a collective cultural asset located in the city of Passo Fundo, Rio Grande do Sul, which emerged at the beginning of the second half of the 19th century, precisely in 1863, in a region (such as the others from Brazilian territory) inserted in the slavery context of the end of the Second Reign, starring an enslaved black woman, which regional historiography has consecrated as “Mãe Mariana”. Basically, I go through the description of some outstanding moments that denote this patrimonialization process, understood as the trajectory of the cultural asset, its relations and its “appreciation”. For that, through the conjuncture of the 19th and 20th centuries, with an emphasis on the established power relations and the disputes over memories held between subjects and institutions, resort to local press sources, especially news published in the journal *O Nacional* in Passo Fundo. Thus, I analyze the Monumento Chafariz da Mãe Preta under three distinct categories: religiosity, location and identity memory.

**Keywords:** Heritage; Monument; Mãe Preta.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: [51222@upf.br](mailto:51222@upf.br)

## O processo de patrimonialização do Chafariz da Mãe Preta

Penso o patrimônio enquanto monumento, na perspectiva de um bem cultural que possibilita conhecer o social, o econômico, o político, enfim, a história. O patrimônio/monumento traz, intrinsecamente, a imagem que é representada, idealizada, imaginada, seja real ou ficcional, de um personagem ou de um evento que “deve ser” imortalizado na memória, pois o monumento comunica identidades e valores (individuais ou coletivos), forja mentalidades, encena situações, gera sociabilidades. Com isso, contextualiza épocas, registra a importância dos lugares (espaços) e “informa” a “evolução” histórico-social na reprodução de imagens do passado para o presente (com a intenção de que elas permaneçam no futuro), como documentos/testemunhos que dão a conhecer a história e que sedimentam noções identitárias plurais e de pertencimento, bem como vinculam sujeitos/grupos na mobilização de memórias e significações variadas acerca destes bens.

A composição de um bem patrimonial pode ser entendida como um processo que ocorre no transcorrer do tempo. Para o objeto de estudo que proponho analisar, o Monumento Chafariz da Mãe Preta, compreendo a exigência de um olhar retrospectivo para alguns aspectos relevantes que potencializam a sua análise. De imediato, reitero a centralidade dos esforços em buscar uma narrativa capaz de demonstrar, temporalmente, o processo que marcou e demarcou o Chafariz da Mãe Preta enquanto patrimônio histórico-cultural da cidade de Passo Fundo com base nas relações de poderes estabelecidas e nas memórias mobilizadas.

Fazer isso é recompor algumas características que demonstram a própria historicidade da cidade, portanto, inicio essa reconstituição a partir do reconhecimento de que a região de Passo Fundo esteve ocupada por séculos por povos originários e caboclos. Mediante um fenômeno de assenhoreamento das terras regionais, intensificado nas décadas iniciais do século XIX, luso-brasileiros passaram a conquistar e tomar posse desses espaços. Em torno dos anos de 1827-1828, um destes assenhoreamentos foi realizado pelo Cabo, depois Capitão de Milícias, Manoel José das Neves. Inicialmente, ele estabeleceu moradia próximo à nascente de um arroio que os Kaingang conheciam por Goiexim. Em sua fixação no espaço na formação do território em Passo Fundo, além de sua família, trouxe consigo gado e pessoas escravizadas, fundando uma fazenda agropastoril.

Uma das pessoas escravizadas, supostamente de nome Mariana, passou a ser personalidade essencial nas construções de sentido que permearam este local, designado como as imediações da “primeira morada” do fundador da cidade de Passo Fundo. A partir de Mariana, surge o mito que habita o imaginário coletivo

da população de Passo Fundo, o Mito da Mãe Preta, que se transformou, ao longo dos tempos, em patrimônio histórico-cultural da cidade (Figura 1). Diz a lenda

[...] que Mãe Preta era escrava do Cabo Manuel José das Neves, que primeiro aqui se estabeleceu e era senhor daquelas glebas. Mãe Preta tinha um filho único, que era a sua alegria. Certa vez, o jovem fugiu de casa e não voltou, causando a morte de sua mãe. Das lágrimas da Mãe Preta teria brotado a fonte. Antes de morrer, Mãe Preta foi visitada por Jesus-menino, que lhe disse que não chorasse mais, porque seu filho se encontrava na mansão celeste. Jesus ter-lhe-ia dito ainda: em recompensa de tua dor, pede o que quiseres que te darei. Mãe Preta então pediu: dá-me a felicidade de ir para junto de meu filho. Mas, como lembrança, quero deixar esta fonte para que todo aquele que a beba retorne sempre a este lugar (CAFRUNI, 1966, p. 76-77).

No entanto, o mito da Mãe Preta provavelmente se originou de outro relato mítico Kaingang, o da “Mãe Cabocla”:

Mãe cabocla, pertencente ao populário local e ligada à sanga do Lava Pés, afluente do arroio do Chafariz, que nasce no Boqueirão, que foi o começo de Passo Fundo. Segundo uns, a lenda do arroio ou sanga do Lava Pés refere-se à Mãe Cabocla, de nome Goiexim ou Gogoim, da nação dos coroados. Tinha ela um filho que guardava os ervais e cujo nome ninguém sabe, o qual, um dia, foi à sua guarda e não mais voltou. A mãe Cabocla chorou tanto a ausência do filho que o Urubu-Rei a transformou num pé de milho, que, arrancado pela tribo, deu origem a um córrego que não é outro senão o arroio Lava Pés. Disseram os índios, então, que, por aquele arroio, fluía a alma de Goiexim. E por esse nome ficou sendo conhecido o arroio entre eles (CAFRUNI, 1966, p. 76).

Figura 1: Painel que conta a história do Chafariz da Mãe Preta e vertedouro de água.



Fonte: Acervo do autor

O arroio Goixim, localizado nas terras do Capitão Neves, passou a ser conhecido como arroio Lava Pés e foi utilizado tanto pelos tropeiros quanto pela comunidade local durante o século XIX, estendendo seu uso durante as décadas que adentraram o século XX. Atualmente, permanece como espaço paisagístico e recreativo, mas também memorialístico do patrimônio cultural que compreende o Monumento Chafariz da Mãe Preta.

Em 1863, na nascente da fonte, foi edificado um chafariz (ou uma bica), que serviu para o abastecimento da vila de Passo Fundo. A água era transportada pelos escravizados, que a buscavam no local para abastecer as casas dos seus senhores. Por esse motivo, em meados do século XIX, o local ficou conhecido como “Chafariz dos escravos do arroio Lava Pés”. Dessa forma, o mito Kaingang da Mãe Goixim foi apropriado, reelaborado e ressignificado pelos escravizados afro-brasileiros que constantemente iam ao arroio Lava Pés buscar água, dando início ao mito da Mãe Preta.

Acerca da construção do chafariz do arroio Lava Pés (que passaria a ser conhecido como Chafariz da Mãe Preta), consta que a primeira construção data de 1863 e coube à Câmara Municipal, sob a presidência de José Joaquim de Souza. Posteriormente, em 1925, o chafariz foi reconstruído pelo intendente Armando Araújo Annes. Em 1963, durante a gestão do prefeito Mário Menegaz, o chafariz foi restaurado. E em 1982, na gestão do prefeito Firmino da Silva Duro, foi construído no local onde se encontra até hoje (Figura 2).

Figura 2: Vista do Chafariz da Mãe Preta, em 1930.



Fonte: LECH, Osvandré; CZAMANSKI, Deoclides; CZAMANSKI, Ronaldo. *Passo Fundo Memória e Fotografia*, p. 21, 1999.

Perspectiva da rua Uruguai, cruzamento com a rua 10 de Abril, na direção do Boqueirão. Primeiro ponto de abastecimento de água no antigo povoado. Em 1925, o intendente municipal Armando Annes mandou construir o muro de proteção, bicas, tanques e o telhado. Tudo foi demolido para “endireitar” a rua Uruguai, antiga rua das tropas.

Sobre as primeiras construções, pouco se sabe. Os registros encontrados na Câmara Municipal que fazem referência ao chafariz datam de 1965 a 1983.<sup>2</sup> Em 1965, apenas dois anos após a sua restauração, o Chafariz da Mãe Preta protagonizou um amplo debate que envolveu o Executivo Municipal, o Instituto Histórico de Passo Fundo, os moradores dos arredores do chafariz e a comunidade

<sup>2</sup> A análise que desenvolvo nesta reflexão privilegia a documentação da Câmara Municipal de Passo Fundo e o acervo do jornal *O Nacional* de Passo Fundo. Saliento a existência de outras fontes documentais que estão relacionadas ao Chafariz da Mãe Preta e encontram-se sob a guarda do Instituto Histórico de Passo Fundo.



em geral. O catalisador de tal debate foi o Projeto de Lei n. 95/65, processo 265/65, de 24 de setembro de 1965, que tinha “o intuito de transformar o Chafariz da Rua Uruguai, esquina com a Rua 10 de Abril, em patrimônio histórico do município, onde o poder executivo faria constar de verbas próprias do orçamento de 1966 para a sua remodelação e ajardinamento”.

Entretanto, o parecer do projeto de lei observou que as intenções eram, supostamente, louváveis, mas afirmava que o projeto havia perdido a sua credibilidade em virtude de o Executivo já ter determinado a demolição (que estava em sua fase de conclusão). Em síntese, o chafariz seria construído em outro local, mais adequado. A atitude é justificada mediante o que consta na redação que indeferiu o projeto: o Executivo atendeu a uma solicitação dos moradores do bairro do Boqueirão, que visavam desobstruir as ruas Uruguai e 10 de Abril, realizando a remoção dos tanques que estavam atravancando as referidas vias públicas. No lugar, o Executivo construiria um autêntico chafariz com repuxos de água e torneiras, de modo que preservasse, inclusive, a tradição inerente àquele local. Portanto, ponderou-se que,

efetivamente, os tanques de lavar roupa, que nada significam para a tradição e para a história, não devem impedir indefinidamente o desenvolvimento daquela zona. [...] Já foi desmanchado em 1935 [...] conservando-se apenas do primitivo chafariz, algumas pedras, e também, a lápide com a inscrição da antiga Câmara de Vereadores. [...] Dessa maneira, o que se pretende conservar como patrimônio histórico, do tempo do Império, já perdeu todas as características históricas, pois que, se foi ampliado, [...]. De histórico só existe a pedra grés, da câmara municipal, com data de 1863, e que será conservada da nova construção do chafariz, como tem sido feito pelas administrações anteriores (PROJETO DE LEI do Legislativo nº 95/65, processo 265/65, de 24 de setembro de 1965).

Como forma de sustentar essa decisão, consultou-se o Instituto Histórico de Passo Fundo, que, anteriormente à polêmica, em 8 de novembro de 1964, já havia emitido um parecer relatando que o Executivo vinha recebendo insistentes pedidos para retirar da rua Uruguai o chafariz, uma das relíquias históricas da cidade, sendo essa a única objeção de sua remoção. Contudo, o Instituto Histórico também considerou que não poderia se ater a esse único aspecto para emitir seu parecer, devendo também considerar aspectos pertinentes à utilidade e às exigências do progresso. Sob o critério da utilidade e do progresso, o parecer do Instituto considerou:

Quanto à sua UTILIDADE, verifica-se que não sofrerá prejuízo, porquanto o que se pretende não é sua extinção, mas sua mudança de local, isto é, será retirado de um, onde constitui estorvo, para outro, onde terá utilidade aumentada, [...] dito CHAFARIZ, hoje, só é utilizado pelas lavadeiras, pessoas pobres, na maioria delas, de outras ruas e, principalmente, da rua Lava Pés, para onde se pretende trasladá-lo. [...] Sob o aspecto PROGRESSO, não resta dúvida que, mais dia menos dia, o CHAFARIZ em apreço terá que sair do local que atualmente ocupa, visto que intercepta a rua 10 de Abril, além de obstruir quase toda a largura da Rua Uruguai. A cidade cresce e as exigências multiplicam-se. Sua permanência onde está será sempre gravíssimo entrave para o desenvolvimento da cidade (PARECER do Instituto Histórico de Passo Fundo, 1964. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

A principal preocupação levada em conta pelo Executivo na justificativa de veto do Projeto de Lei n. 95/65, que possuía a intenção de transformar em patrimônio histórico do município o chafariz da rua Uruguai, foi o fato de que os tanques obstaculizavam as vias públicas das ruas Uruguai e 10 de Abril, “impedindo o progresso e o desenvolvimento da região, pois esses em nada representariam a tradição histórica e assim não deveriam impedir o desenvolvimento daquela zona, ou seja, o boqueirão, o mesmo local histórico dos tropeiros”. A partir do parecer do Instituto Histórico de Passo Fundo sobre a mudança do velho chafariz, este passa a ser reconhecido como um estorvo, um entrave para o progresso do município. Por conseguinte, determina-se a remoção dos tanques, porém, pelo que tudo indica, havia a intenção de manter no local a fonte/bica de onde vertia a água do chafariz.

Em 1965, o jornal *O Nacional* publicou uma série de reportagens que demonstram as discussões e as diferentes visões e interpretações acerca do chafariz. Uma das primeiras reportagens foi publicada em 14 de setembro (PORTA-VOZ, [s.n.] 14 set. 1965), na qual o jornalista Jorge Cafruni, membro do Instituto Histórico de Passo Fundo e assessor de gabinete do prefeito, vinha a público para esclarecer o problema da demolição do chafariz, afirmando que havia muitos rumores infundados a respeito do tradicional chafariz da cidade, proferindo que o que se dizia sobre a extinção do chafariz não era verdade. Para esclarecer o mal-entendido, o jornalista ressaltou que os moradores da zona do chafariz, num longo abaixo-assinado, solicitaram ao prefeito municipal que removesse o chafariz para um local mais adequado, pois, naquele momento, o equipamento

estava atravancando as ruas Uruguai e 10 de Abril. “Alegavam os moradores, com justiça, que assim como outros locais da cidade têm o direito de progredir, aquela zona também tinha”. “Não se pode abrir loteamento ali sem que se faça o prolongamento da rua 10 de abril e sem a desobstrução da rua Uruguai, em virtude de o chafariz que está servindo de atrapalho” (PORTA-VOZ, [s.n.] 14 set. 1965).

Jorge Cafruni também menciona que o Instituto Histórico de Passo Fundo, no tocante às pretensões dos moradores da zona do chafariz, considera que o atual chafariz não é o primitivo, o do mito, concluindo que nada existe daquele velho chafariz. Apenas o que se conserva do lendário e histórico é a sua água pura e cristalina, que, segundo a tradição, quando bebida faz com que jamais se esqueça Passo Fundo e que se retorne à cidade para ficar. Sendo assim, a água do tão famoso mito seria devidamente canalizada até um local onde já não haveria estorvo. Essa nova localização continuaria servindo à população de Passo Fundo num lugar de honra que merece, tendo em vista o que ela representa como patrimônio histórico e lendário da cidade (PORTA-VOZ, [s.n.] 14 set. 1965).

Essa nota de esclarecimento por parte do jornalista e membro do Instituto Histórico pode ter sido motivada pela publicação, na edição de 9 de setembro de 1965 do jornal *O Nacional*, de uma coluna intitulada “Gente”, assinada pelo colunista Thal. Na referida coluna, lembrou que no Rio de Janeiro, na igreja da Candelária, havia um monumento histórico que atravancava a avenida Getúlio Vargas e que, para resolver o problema, abriu-se um largo em volta e deixou-se a Candelária no meio da avenida, dizendo que até atrapalhava um pouco o trânsito, mas que o resultado da obra ficou bonito, lindíssimo. E perguntou: por que não fazer o mesmo com o chafariz? Abrir um “Largo do Chafariz” e deixar esse monumento por lá. E se um largo não puder ser feito, que se estude outra solução, que se apele para os urbanistas, para as pessoas de bom gosto e sensibilidade, advertindo que demolir o chafariz seria apelar para a simplicidade e para a maldade (THAL, [s.n.] 9 set. 1965).

No mesmo texto, o colunista (Thal) acrescentou que se quer justificar a mutilação do monumento em nome do progresso, manifestando a opinião de que ao invés de demoli-lo deveriam embelezá-lo, por meio de uma obra de ajardinamento, aproveitando sua água. Também julga estranho considerar que progresso representa demolir o chafariz, dismantelar uma obra de arte, antiga, bela e histórica. De fato, as reivindicações mais plausíveis seriam exigir do Poder Municipal o calçamento das ruas até o chafariz, obras de saneamento básico de água potável, esgoto, manejo dos setores coletores pluviais. O colunista assevera que demoliriam o chafariz, mas em seu entorno



continuariam as ruas sem calçamento, esburacadas e sem esgoto (THAL, [s.n.] 9 set. 1965).

Em outra coluna, publicada em 2 de outubro de 1965, em tom sarcástico, diz que nunca havia pensado que um tanque de lavar roupa fosse uma arma tão horrível como os tanques de guerra. Afinal, o bairro Boqueirão não tinha progredido por causa das terríveis armas antiprogressistas que representavam os tanques de lavar roupa, ressaltando que tais palavras não eram propriamente dele e sim do Instituto Histórico de Passo Fundo, e afirma que “dois tanques de lavar roupa, que nada significam para a tradição e para a história, não devem impedir indefinidamente o desenvolvimento daquela zona do Boqueirão” (THAL, [s.n.] 2 out. 1965).

No dia 6 de outubro de 1965, o jornal *O Nacional* publicou uma reportagem de Jorge Cafruni, na qual se relata que, na tarde do dia 4 de outubro, uma comissão de senhoras de cor, residentes no bairro Boqueirão, estiveram na prefeitura municipal para solicitar ao prefeito Mário Menegaz o afastamento dos tanques de lavar roupa, anexos ao chafariz da rua Uruguai, bem como para reivindicar a construção de um busto em memória à Mãe Preta. Cafruni relata que o prefeito Mário Menegaz teria dito à comissão que sua intenção era conservar o chafariz, além de melhorá-lo e estruturá-lo artisticamente com um busto da Mãe Preta vertendo lágrimas, conforme a tradição. Com o desfecho da reunião, Cafruni descreve que as “mulheres de cor” deixaram o gabinete emocionadas e agradecidas pela boa disposição do prefeito na realização de tal monumento. O jornalista ainda menciona que a cena foi assistida por aqueles que se encontravam no gabinete do prefeito, que se impressionaram com o magnífico gesto de solidariedade à Mãe Preta pelas “senhoras de cor” de Passo Fundo (SENHORAS, [s.n.] 6 out. 1965).

Posteriormente, em 21 de outubro de 1965, o jornal *O Nacional* publicou o episódio envolvendo o desentendimento com o vereador Ernesto Scortegagna, que acusou Jorge Cafruni, jornalista, presidente do Instituto Histórico e assessor de gabinete do prefeito, de possuir interesses escusos no caso da demolição do chafariz. Cafruni defendeu-se afirmando ser leviana e irresponsável tal acusação, lembrando que não presidiu os trabalhos do Instituto Histórico quando essa entidade deu seu parecer favorável à demolição, apoiando a solicitação popular dos moradores do Boqueirão pela retirada dos tanques do chafariz (CHAFARIZ, [s.n.] 21 out. 1965). Não obstante os debates, o Chafariz da Mãe Preta acabou sucumbindo ao progresso e foi demolido em 1965. Somente após 17 anos, em 1982, foi reconstruído juntamente com um busto representando a Mãe Preta,

localizando-se não mais em meio às ruas Uruguai e 10 de Abril, mas recuado em uma praça, que recebeu o nome de praça da Mãe Preta.

## **Os acontecimentos em perspectiva de entendimento**

O Chafariz da Mãe Preta de Passo Fundo, na compreensão que desenvolvo, é um dos mais representativos monumentos da cidade, pois acompanhou o desenvolvimento citadino urbanístico desde o processo de assenhoreamento das terras regionais. Sua água abasteceu os tropeiros que atravessavam a região, passando por Passo Fundo rumo à Feira de Sorocaba, em São Paulo. Do mesmo modo, abasteceu a cidade desde o seu processo de formação através dos escravizados locais, sendo utilizada até meados do século XX. Além disso, foi considerada uma água milagrosa, com propriedades medicinais e ritualísticas, portanto, utilizada por benzedeadas. Também, foi utilizada como recurso para o desenvolvimento de atividade produtiva, especialmente por lavadeiras, muitas delas as únicas provedoras de renda para o sustento da família. Ainda, sua lenda acompanhou as populações Kaingang, os povos originários do território desde tempos imemoriais, mas, com as transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XIX, o relato mítico foi ressignificado, surgindo o protagonismo da Mãe Mariana, a Mãe Preta.

Aqui farei uma primeira inflexão acerca das memórias mobilizadas, a partir da categoria religiosidade. É possível compreender o Chafariz da Mãe Preta através de uma ascendência cristã católica, permeada por um sincretismo, composto na reelaboração da narrativa mítica Kaingang, que de uma mãe indígena ascende à Mãe Preta, ressignificada por sua dimensão étnico-racial e ressignificada nas relações estabelecidas pelos escravizados do século XIX, para quem, além de configurar um local de trabalho (a busca de água para abastecimento), passou a significar um ponto de convergência e encontro. A água dessa fonte, hoje imprópria e não recomendada para o consumo, entre os séculos XIX e XX foi mais que puro abastecimento, foi entendida como água milagrosa, alçada à propriedade curativa e medicinal e utilizada por benzedeadas. Ademais, eram comuns os congaçamentos conferidos à Mãe Preta por graças alcançadas, assimilada na particularidade de uma santa popular através de atos de fé, em razão das propriedades da água e do “martírio” (perda do filho). Nesse sentido, sua entrada na mansão celeste representava uma certa “assunção” (tradição não tão presente na atualidade).

Embora o chafariz, desde 1982, possua uma área que salvaguarda sua localização e existência, este bem não faz parte do inventário patrimonial tombado da cidade de Passo Fundo, o que na compreensão que desenvolvo não impede que

seja entendido enquanto tal. Para prosseguir, pretendo compreender de uma forma mais refinada as informações aludidas na seção anterior, situando e contextualizando a cidade de Passo Fundo da década de 1950, o que permitirá entender as forças que estiveram presentes no processo de construções, remodelações, demolições e reconstruções que perfizeram a historicidade do Chafariz da Mãe Preta, buscando contextualizar tanto as questões relativas aos jogos de interesses permeados pelas relações de poder quanto as suas significações memorialísticas.

Para isso, adentro a problemática patrimonial que perpassou o Monumento Chafariz da Mãe Preta: a emergência da modernidade. A década de 1950 é largamente significativa para a compreensão do processo de crescimento citadino de Passo Fundo. Nessa década, a cidade comemorou o seu primeiro Centenário (1957), e uma das principais preocupações da gestão pública municipal e dos setores da elite local era demonstrar como Passo Fundo era uma cidade moderna. Para isso, investiram-se recursos no calçamento das vias públicas e na ampliação de equipamentos urbanos, como o telégrafo e os correios; também se investiu na geração de energia para promover o crescimento do setor industrial. De maneira consonante, foi a década em que se elaborou o primeiro Plano Diretor da cidade, que entrou em vigência posteriormente.

O Chafariz da Mãe Preta situava-se no histórico local de estabelecimento do Capitão Neves no então povoado. Todavia, com o desenvolvimento citadino na década de 1950, encontrava-se no bairro Boqueirão. Nesse ínterim, a cidade alastrava o seu processo urbanístico para outras áreas, especialmente àquelas com uma topografia mais regular e elevada. A região do chafariz estava situada em um relevo acidentado, em um declive úmido e com precário escoamento, facilmente alagado em dias de chuva.

Por conseguinte, as reclamações dos moradores eram inúmeras e, à vista disso, começaram a surgir constantes pedidos de demolição de sua edificação. Para mais, o chafariz estava situado no entroncamento de duas vias públicas, as ruas 10 de Abril e Uruguai; na argumentação da época, se fazia necessária a demolição com a finalidade de liberar o trânsito de veículos e acelerar o processo de canalização do arroio a fim de sanar e melhorar a condição de vida dos residentes nas proximidades do chafariz. Entretanto, vale ressaltar, a área pertencia a uma região que estava em franco processo de valorização financeira diante das possibilidades que a expansão citadina abria para a consolidação de um mercado imobiliário na cidade de Passo Fundo. O chafariz, nesse sentido, passa a ser um estorvo ao desenvolvimento, não no sentido de ele por si só ser um impeditivo às obras que se faziam necessárias àquela região, mas muito mais por sua presença

ser um inconveniente aos interesses especulativos financeiros que aquela parcela do solo urbano representava no processo de urbanização.

Para compreender esta conjuntura, contextualizo algumas características do pensamento de Françoise Choay, que reconhece que a grande expansão das práticas patrimoniais se deve ao advento de novas forças produtivas que desencadearam a Revolução Industrial e, conseqüentemente, o sistema capitalista de produção. Nessa ideia, considera-se que a Revolução Industrial contribuiu para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis que objetivam a proteção do monumento histórico e a propagação de um referencial conceitual universal do que seria monumento, patrimônio histórico (CHOAY, 2001, p. 127). A ideia deve-se, principalmente, à tomada de consciência de que essas novas forças produtivas acarretariam uma mudança em relação ao tempo, pois representariam uma ruptura brutal e traumática que dividiria a história das sociedades, naquilo que seria visto como o pré-industrial (antigo) *versus* o novo, o moderno, o industrial.

É necessário frisar que a noção de modernidade a que me refiro está associada à compreensão de Walter Benjamin (impactado por Balzac e Baudelaire), entendida como “experiência vivida” (BENJAMIN, 2000, p. 70). A crítica, como a compreendo, reside na ideia de que, em muitos casos, a experiência vivida foi utilizada como sinônimo de “tempos novos”, associando-a a uma representação de um processo histórico homogêneo, linear, de uma sucessão de acontecimentos que tendiam, inexoravelmente, a uma evolução cadencial rumo a um porvir indefectível em expansão contínua. Se esta noção (baudelairiana) concebeu a modernidade enquanto experiência de um instante no tempo sempre transitório na dicotomização constante entre o antigo e o novo, o arcaico e o novo, o atrasado e o novo, ou seja, em substituição do novo, a acepção de modernidade preenche a significância de um estado melhorado, sempre mais aperfeiçoado do que o seu antecessor.

Em Pierre Nora, estes momentos de tensão são característicos da modernidade, também são corolários de uma percepção de um tempo que está em constante aceleração e em constante quebra de continuidade. Em sua compreensão, o tempo é efêmero, rápido, passageiro, o presente já é passado, e os indivíduos do presente estão prostrados na súplica do futuro, de um devir que talvez nunca chegue, e, com isso, se esquecem do presente. A partir disso, a “única coisa que as sociedades podem fazer para se salvaguardarem do esquecimento do passado devido às constantes e ininterruptas mudanças é história” (NORA, 1981, p. 7-8).

Portanto, a questão mais apropriada a entender é: qual história? E, talvez por extensão, qual patrimônio? E dessas premissas interrogativas, qual memória? A partir dessas provocações, discuto que se deve preservar, salvaguardar e valorizar a memória. Certamente, deve-se preservar o patrimônio edificado, identificado como “pedra e cal”, com forte conotação política, entre outras nuances, isto é, a monumentalidade dos “grandes heróis”, geralmente homens brancos, ricos proprietários (muitos escravistas), militares.

Nesse viés, situo Mariana, mulher negra escravizada; logo, a identificação deste lugar de memória como patrimônio não é imediata, é uma construção de luta e reconhecimento, na resistência de uma memória passada que se fazia presente e intencionava salvaguarda. Para isso, foi preciso tensionar relações políticas a fim de assegurar a perenidade desta representação. Me refiro às mulheres negras que, na década de 1960, reivindicaram a reconstrução do espaço de memória do Chafariz da Mãe Preta, inaugurado em 1982. Ou seja, o Chafariz da Mãe Preta de 1863 foi fonte de abastecimento, designação carregada por mais de um século de sua existência, mas sua percepção como patrimônio histórico-cultural perpassa as relações estabelecidas, principalmente entre a década de 1960 e 1982, momento em que há uma mobilização memorialística acerca da tradição da cidade de Passo Fundo em torno do chafariz, contando com o protagonismo da população negra.

A questão fundamental é: quais monumentos devem ser preservados? Talvez a resposta seja simples: aqueles que estejam em conformidade com a memória que se deseja cultivar. Então, existe uma seleção, uma escolha dos monumentos históricos que devem, ou não, ser protegidos? Acredito que sim. E, nesse sentido, o Chafariz da Mãe Preta, enquanto patrimônio histórico-cultural, é o resultado de determinados estratos sociais populares que, na condição de grupo (não homogêneo), reivindicaram e lutaram pela sua presença, permanência e representação a fim de consolidar em patrimônio a força de uma tradição histórico-cultural.

Estas são as relações de poder que permearam a historicidade do Chafariz da Mãe Preta: imprensa local, Instituto Histórico e sujeitos da comunidade passo-fundense, indivíduos inseridos em frações de classes sociais que mobilizaram o entendimento e as narrativas acerca do monumento. A imprensa local veiculou notícias nas quais perpassaram opiniões muito distintas sobre o chafariz, mas mesmo dissonantes, engendraram uma narrativa em prol do desenvolvimento de Passo Fundo. Nesse contexto, personalidades proeminentes da sociedade da época empreenderam relatos compreensivos que buscavam justificar as ações executadas no espaço do chafariz, intencionando informar e formar a opinião

pública sobre as ações que se sucederam no local. Aqui, perfaço uma segunda inflexão de sentido memorialístico, a qual designarei como categoria de localização.

O chafariz está situado em um ponto representativo da historicidade passo-fundense, é o local da travessia tropeira rumo à Feira de Sorocaba, caminho tradicional aberto pelos Kaingang, local “original” da formação do povoado. É um espaço emblemático na tradição historiográfica da cidade, o qual sofreu, na década de 1960, um processo de valorização imobiliária em diversas áreas da cidade em razão de um mercado de terras urbanas que estava em formação e com vistas à ampliação. Assim, a localização do chafariz foi alvo de conjecturas econômicas e, com isso, impôs-se a necessidade de urbanizar a área. Cabe destacar que, no período, o local não possuía uma grande densidade populacional, sendo composta majoritariamente por vazios de edificações. Faço esse relato por entender o patrimônio sob o crivo de sua localização, à mercê de interesses que estão aquém de sua valoração histórico-cultural, posto que esta perpassa uma construção de sentido, vinculando sujeitos a noções de identidade e pertencimento, que tensionam outros interesses, como os econômicos. Não é à toa que o Chafariz da Mãe Preta, na década de 1960, tem sua valoração histórica diminuída ou anulada em prol de interesses financeiros, que construíram narrativas de sentido, nomeando-o como um entrave ou estorvo ao desenvolvimento cidadão do promissor bairro Boqueirão de Passo Fundo.

Considero a noção de representação muito apropriada para compreender essas relações de poder. Em Roger Chartier, existe a compreensão de que cada grupo cria uma representação de si próprio e, desse modo, reconhece sua existência. O processo é realizado através de lutas de representação em que grupos constroem os meios de “ser-percebido”, classificando a representação de duas formas: primeiro, a representação pela ausência, que é uma distinção entre o que representa e o que é representado; segundo, a representação através da presença, consistindo na apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa (CHARTIER, 2000, p. 183-184).

Recorro à argumentação de Chartier com a finalidade de estabelecer uma discussão da terceira e última categoria que pretendo analisar: a memória identitária. Nesta argumentação, centrarei na questão que envolve as lavadeiras que, cotidianamente, frequentavam o espaço do Chafariz da Mãe Preta como forma de complementação da renda, ou como fonte principal de renda e sustento familiar. Muitas delas residiam nas imediações, pois aquele local constituía os arrabaldes da cidade, região topográfica menos elevada, úmida e alagadiça, portanto, mais insalubre e de edificação mais barata. Vale dizer que naquele período as Posturas



Municipais permitiam a construção de casas de madeira, situação que seria alterada diante do processo de revitalização urbanística que visava a valorização fundiária urbana.

Se a representação é presença, o Chafariz da Mãe Preta era uma realidade alicerçada no interior da cidade desde 1863. Sendo a representação uma forma em que grupos se valem de meios para “ser-percebidos”, Mãe Preta era uma presença atuante que se exprimia no grupo social que representava e que nela se sentia representado. Mas quero aprofundar a ideia de representação pela ausência, isto é, a relação entre o que representa e o que é representado.

O representado é um painel que conta a história mítica em ambas as versões, e apresenta a face de uma mulher negra. O que representa é a própria tonicidade ilustrativa da vida daquelas mulheres (de ontem, de hoje). Mãe Preta, e a memória a ela aludida, representou sofrimento, dor, perda e separação; para além disso, amor materno incondicional e doação, cuidado, disponibilidade aos filhos e, por extensão, à própria família. Outras qualidades a ela foram atribuídas, como signo de coragem, ousadia, determinação, resiliência, resistência, independência e trabalho. Boa parte dessas memórias foram significadas (ou ressignificadas) no contexto de 2020, em razão da morte de George Floyd, nos Estados Unidos, e dos protestos que impactaram o mundo, através do Movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), que teve ressonância em Passo Fundo. Outra ressignificação surgiu a partir da Lei Aldir Blanc, aprovada pelo Projeto de Lei 14017/2020, em edital da Secretaria de Cultura de Passo Fundo, intitulado “Batalha da Mãe Preta”, que oportunizou através das redes sociais batalhas de MCs, expressão artística de manifestação cultural a partir de rimas improvisadas marcadamente contextualizada pela cultura de rua e reflexão crítica com pautas que perpassam temáticas associadas a noções de gênero, classe, raça e lutas sociais.

Michael Pollak considera que a memória reforça os sentimentos de pertencimento através das fronteiras socioculturais e da coesão social, salientando que discorrer sobre esta memória não é, em absoluto, falar sobre homogeneidades coletivas, e sim sobre relações identitárias de grupos em disputa, em conflito, entre memórias que são concorrentes (POLLAK, 1989, p. 10). Assim, os monumentos falam, narram, descrevem, explicam, demonstram, ludibriam. São a mais pura, mas não ingênua, expressão de como as sociedades, em um momento da história, constroem uma identidade, quiçá memória, para as próximas gerações. No entanto, a hierarquização patrimonial seletiva mascara a diversidade, a pluralidade societária tece uma trama de interesses diante da história que se quer lembrar. Não obstante, o patrimônio, enquanto construção icônica (a imagem representativa do evento),

permite que as sociedades edifiquem uma construção de sentido de si próprias (que se quer lembrar). Por isso, todo e qualquer patrimônio deve ser preservado, pois é testemunho presente de uma história que busca persistir na memória, mas, para que isso ocorra, é necessária a salvaguarda do objeto (obra).

## Considerações finais

Busquei, ao longo desta argumentação, apresentar dados e circunstâncias que corroboram o entendimento do Chafariz da Mãe Preta como um bem cultural coletivo material e imaterial da cidade de Passo Fundo. Aprofundando uma discussão que o apresenta em condição de possibilidade de recompor tempos diletantes entre tempos que demonstram simultaneidade, permanência e a sucessão do próprio tempo. Ou seja, um elo físico com o passado que se faz presença no presente. Mas também, talvez contraditoriamente, representa ausência, na medida em que se insere em um tempo que não é mais o seu. Pode-se afirmar que o monumento é antes a expressão da ausência do que propriamente da presença, pois ele diz muito mais do que aquilo que meramente se manifesta materialmente no objeto visível; é um signo imagético que pode ser decodificado e interpretado para além daquilo que busca demonstrar (personagens ou acontecimentos); é uma obra de arte de um momento na história que se quer projetar no tempo do amanhã; é narração emudecida e silenciosa de um instante na história que não se quer esquecer. Assim, o monumento ritualiza e ativa permanentemente a lembrança (por mais dúbio que isso pareça, pois só é possível lembrar o que foi esquecido). O monumento é, portanto, um presente ausente, por ser a presentificação de um passado que busca preservar o instante, o momento, o fato, o acontecimento. Além disso, não é meramente um registro de cobre, argila, mármore, ferro, e sim uma expressão visual da construção de um evento, que instiga o pensamento e forja a memória (BACCIN, 2015, p. 15-16).

Através das nomeadas categorias – religiosidade, localização e memória identitária –, procurei contextualizar memórias que se vinculam com o fenômeno de relação e experiência mística/sagrada que envolveu as comunidades indígenas e negras; as relações dos sujeitos com o meio e suas construções de sentido; e, por fim, as noções de sentimentos vinculados ao pertencimento e representação em perspectiva étnico-racial. Pretendi, desse modo, desnaturalizar o patrimônio, evidenciando, por meio das fontes, o processo de patrimonialização do bem cultural coletivo do Chafariz da Mãe Preta. Portanto, intencionei esboçar alguns elementos que desnudam as teias de relação e interesses que estiveram em disputa

em prol de sua presença e manutenção, como também os favoráveis ao seu desmonte.

Por fim, considero que pensar o Chafariz da Mãe Preta enquanto patrimônio histórico-cultural da cidade de Passo Fundo é, em certa medida, questionar a heteronormatividade patrimonial vista em tantas figuras que homenageiam homens, brancos, oriundos de uma elite local. Assim sendo, Mariana, mãe, negra, escravizada, é exemplo da diversidade patrimonial que eleva as noções de pertencimento e identidade multifacetada que congrega as origens histórico-sociais de boa parte das cidades que compõem o território nacional.

## Referências

---

- BACCIN, Diego José. *O presente ausente: memória patrimonial de Passo Fundo*. Passo Fundo: Saluz, 2015. 272 p.
- BATISTELLA, Alessandro; BACCIN, Diego José. *História, memória e representações: uma análise dos monumentos em Passo Fundo*. Passo Fundo: Saluz, 2016. p. 111-120.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. 104 p.
- CAFRUNI, J. Discurso de inauguração Monumento à Mãe. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 11 ago. 1964.
- CAFRUNI, Jorge Edete. *Passo Fundo das Missões*. Porto Alegre: A Nação, 1966.
- CHAFARIZ: Cafruni rebate acusações do Vereador Ernesto Scortegagna. *O Nacional*, Passo Fundo, [s.n.] 21 out. 1965.
- CHARTIER. Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, p. 172-191, jan./abr. 1991.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001. 282 p.
- DEMOLIÇÃO do Chafariz abre perspectiva de progresso. *O Nacional*, Passo Fundo, [s.n.] 21 out. 1965.
- GHIRARDELLO, Nilson et al. *Patrimônio histórico: como e por que preservar*. Bauru, SP: Canal 6, 2008. 34 p.
- NORA, Pierre. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto*, Educ/PUCSP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1981.
- PARECER do Instituto Histórico de Passo Fundo, sobre a mudança do velho chafariz. 1964 (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTA-VOZ do Instituto Histórico: Demolição do Chafariz da Rua Uruguai não prejudicará tradição da cidade. *O Nacional*, Passo Fundo, [s.n.] 14 set. 1965.
- PROJETO DE LEI do legislativo nº 95/65 processo 265/65, 24 set. 1965 (Arquivo da Câmara Municipal de Passo Fundo).
- SENHORAS de côr pedem o afastamento dos tanques e erguimento de um busto à Mãe Preta: visitaram o Prefeito Mário Menegaz e estão dispostas a fazerem um abaixo assinado. *O Nacional*, Passo Fundo, [s.n.] 6 out. 1965.
- THAL. Gente. *O Nacional*, Passo Fundo, [s.n.] 2 out. 1965.
- THAL. Gente. *O Nacional*, Passo Fundo, [s.n.] 9 set. 1965.